



ÁFRICA

Ataque cruel a escola em Uganda

Homens do ADF, grupo vinculado ao Estado Islâmico, trancam dormitório de estudantes, ateam fogo e atingem vítimas usando armas e facões, segundo testemunhas. Ao menos 41 pessoas morreram, sendo 39 alunos do ensino médio

Um ataque a uma escola de ensino médio na cidade de Mpondwe, no oeste de Uganda, resultou na morte de ao menos 41 pessoas, sendo 39 estudantes. O crime é atribuído à milícia Forças Aliadas Democráticas (ADF), vinculada à organização jihadista Estado Islâmico. Testemunhas detalharam que os homens usaram armas de fogo e facões para atingir as vítimas durante a madrugada e, na fuga, assassinaram um homem e uma mulher. Oito pessoas foram resgatadas com vida e levadas ao hospital “em situação crítica”, segundo o porta-voz da polícia ugandesa, Fred Enanga, que classificou o episódio como uma ação terrorista.

Segundo o general Dick Olum, as investigações iniciais indicam que os milicianos estavam na área havia pelo menos dois dias e tinham informações detalhadas sobre o funcionamento da escola Lhubirira. “Eles sabiam onde ficavam os dormitórios masculino e feminino”, contou o militar à agência France-Presse de notícias (AFP). Ainda de acordo com Olum, na madrugada de sábado, os homens trancaram o quarto dos meninos e atearam fogo. “A seção das meninas não estava trancada. Então, elas conseguiram fugir, mas quando o fizeram, algumas foram

atacadas com facões e outras baleadas”, relatou.

Alguns corpos estão tão carbonizados que serão necessários exames de DNA para identificá-los, informou Olum, complementando que aviões das Forças Armadas foram acionados para buscar e resgatar os reféns — seis estudantes foram sequestrados pelo grupo — e localizar os esconderijos dos rebeldes. O grupo fugiu para Virunga, na fronteira entre Uganda e Ruanda, um santuário mundialmente conhecido por abrigar espécies de animais raras, como o gorila da montanha. Dezenas de milícias ativas no leste da República Democrática do Congo (RDC) também usam o parque como esconderijo.

Repúdio

A Organização das Nações Unidas condenaram “energicamente” o ataque. “Os responsáveis por esse ato assustador devem ser levados à justiça”, disse Farhan Haq, porta-voz do secretário-geral da ONU, António Guterres, em um comunicado. “O secretário-geral estende suas mais sentidas condolências aos familiares das vítimas”, acrescentou o texto, frisando que Guterres também pede a libertação dos reféns. Winnie Kiiza, uma influente

AFP



Jovem é consolado em frente à escola em Mpondwe: criminosos levaram seis adolescentes como reféns

líder política e ex-legisladora da região, condenou o “ataque covarde” no Twitter. Ela disse que “ataques a escolas são inaceitáveis e constituem uma grave violação dos direitos das crianças”,

acrescentando que as escolas devem ser sempre “um lugar seguro” para todos os alunos.

Comissário do distrito de Kase-se, onde a escola está localizada, Joe Walusimbi, prestou solidariedade

a vítimas e parentes. “Oferecemos nossas mais profundas condolências às famílias daqueles que foram mortos e oferecemos nossas orações e pensamentos àqueles que ficaram feridos.”

Outras ações

O ataque deste fim de semana não é o primeiro contra uma escola em Uganda atribuído às ADF. Em junho de 1998, 80 estudantes foram queimados vivos em seus dormitórios, durante um ataque ao Instituto Técnico de Kichwamba, perto da fronteira com o Congo. Na ação, mais de 100 estudantes foram sequestrados.

A milícia começou como um grupo insurgente em Uganda, de maioria muçulmana, e se estabeleceu no leste da RDC em meados da década de 1990. Desde então, é acusada de matar milhares de civis. Segundo o Barômetro de Segurança de Kivu (KST), uma rede de analistas com sede no Congo, é responsável por pelo menos 3.850 mortes em 730 ataques.

Em 2019, as ADF juraram lealdade ao Estado Islâmico, que apresenta os combatentes como um braço local na África Central. Uganda e RDC lançaram uma ofensiva conjunta em 2021 para expulsar os rebeldes dos redutos congolezes, mas, até agora, sem sucesso. Os Estados Unidos anunciaram, no início de março, uma recompensa de até US\$ 5 milhões por qualquer informação que possa levar à prisão do líder do grupo, o ugandense Musa Baluku.

Delegação pede fim da guerra

Uma comitiva de mediação africana reuniu-se, ontem, com o presidente russo, Vladimir Putin, na tentativa de mediar o conflito com a Ucrânia. No dia anterior, o grupo teve um encontro, em Kiev, com Volodymyr Zelensky. “Acreditamos firmemente que essa guerra deve ser solucionada (...) mediante negociações e meios

diplomáticos”, afirmou o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, que lidera a missão.

A delegação, levou, segundo Ramaphosa, “uma mensagem clara” de que o conflito “não pode durar eternamente” e lembrou os desdobramentos para o continente africano e o resto do mundo. “Tem um impacto negativo (...) dado que freou as exportações de grãos

ucranianos e de fertilizantes russos e provocou uma escalada inflacionária em termos globais”.

Além do chefe de Estado sul-africano, a comitiva de mediação é composta pelos presidentes de Senegal, Zâmbia e Comores, e representantes congolezes, ugandeses e egípcios. No encontro, Zelensky descartou “qualquer tipo de negociação com a

Rússia” enquanto “o ocupante” estiver em solo ucraniano.

Putin, por sua vez, destacou a postura “equilibrada” da missão africana e elogiou os esforços de seus visitantes “em favor da manutenção da estabilidade”. Segundo agências de notícias russas, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que as propostas trazidas pelos africanos eram “difíceis de realizar”.

AFP



Grupo de sete países foi liderado por Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

ITAIPU: A USINA DE DOIS DITADORES

É inacreditável. Nada na América do Sul dá certo. Pródiga em luta, inimigo, deslealdades e nenhum sucesso, jamais conheceu a opulência. Um subcontinente do fim do mundo, menor população, concentrada riqueza, tendência para piorar as coisas, só gosta do povo que gosta de governo.

Eis que dois ditadores, há 50 anos, decidem fazer uma usina binacional, usando águas de um mesmo rio, interferem na vida de milhares de pessoas, enterram o esplendor das Sete Quedas para consagrar um acordo inédito. De um lado, usar a energia produzida mais do que o suficiente, e, de outro, pagar mais por energia insuficiente. Maturidade. Não. As

luzes mais fortes da determinação em política são autoritárias e incompatíveis com a noção suave de democracia que se ensina nas escolas. Itaipu é um escritório milionário para governos acomodarem sombras.

Do ponto de vista da geopolítica, foi acordo de gigante com formiga. O Brasil, sem inimigo na fronteira, partilha com seu vizinho o poder. Na sala de operações, de turno em turno, sobre duas bandeiras, revezam-se as duas nações.

Itaipu completou 50 anos e as bases financeiras entre Brasil e Paraguai podem ser revistas. O Paraguai quer vender sua energia mais cara, inclusive no mercado livre. Mas o que vai prevalecer

nas renegociações da binacional é o exemplo grandioso que junta engenharia civil e diplomacia.

Com suas toneladas de concreto, ferro e aço, o surpreendente é o respeito a um contrato de integração de dois países latino-americanos que dura 50 anos. Se isso é possível em ditaduras, porque a democracia pode menos. A usina tem caráter filantrópico para o Paraguai, considerando o que o Brasil pagou de valor monetário por ela e o que o Paraguai recebeu como fonte de receita desde o longínquo ano de 1973. É difícil imaginar dificuldades intransponíveis na renegociação.

As cláusulas do Anexo C — que dão aos países o direito de vender 50% da energia — são um problema para o Paraguai: para quem ele vai vender metade da energia de Itaipu com garantia de preço e estabilidade de contrato? O melhor dos mundos continua o Rio Paraná e o sócio samaritano,

chamado Brasil, que sempre deu mais que recebeu.

A revisão dos termos financeiros da gestão de Itaipu pode bem interferir no mercado de energia como um todo, mas certamente não vai abalar a confiança de ferro que construiu a usina. As disparidades não atingem igualmente os dois lados. Para o Brasil, interfere pouco, pois Itaipu não supre 10% das necessidades nossas. Para o Paraguai, que não consome tudo o que tem direito, é que a renegociação é uma questão patriótica, como se expressam nossos calientes vizinhos.

O dado novo é que, com a ascensão de novas energias, como a solar e a eólica, o papel estratégico de Itaipu não será o mesmo. A hidreletricidade é meio mística, velha, e vive o fim de sua ambição. A inteligência brasileira é boa, mas a atual geração é preguiçosa e perdeu o interesse pela dificuldade. A luz da água parece o protótipo da energia limpa

e renovável, mesmo que mude o curso do rio, tire a grandeza de cataratas e interfira na flora, fauna e vida humana. Com a transição energética, Itaipu e suas congêneres no mundo vão se entregar a marqueteiros. Gastar fortunas em publicidade para vender a ideia de que são um seguro contra as disparidades climáticas, falta de vento e sol, escassez de biomassa. É o eterno drama do ventilador lutando contra a fama do ar-condicionado.

Enfim, os projetos como o de Itaipu não são mais viáveis. No mínimo por questões econômicas e de contexto socioambiental. No fundo, esses exageros são coisa de ditadores e seu gigantismo impertinente.

A novidade nesses 50 anos é não ter havido novidade. Somos água parada. O partido Colorado não sai do poder e hoje vai de Santiago Peña. Lula voltou ao poder no Brasil. Dificilmente a questão política deve interferir na renegociação de Itaipu.

Mesmo que Peña veja a negociação como “chave de desenvolvimento” para o país, ele esbarra numa história sólida.

Itaipu é exemplar construção de engenharia que obrigou a política, justiça, diplomacia e economia de dois vizinhos a aceitar uma área de soberania partilhada, na fronteira entre seus dois países. A ironia é que democratas não fariam melhor.

Lembrar do fato é essencial porque o amargo prazer da política é constatar que o vitorioso gosta mais de adversário que aliado. Na América Latina é regra: quem primeiro entra no avião do eleito é quem votou no adversário. Se Médici e Stroessner se entenderam 50 anos atrás é difícil imaginar que Lula e Peña possam parar a turbina. A menos que queiram confirmar o ditado de que quem quer cair merece ser empurrado.

PAULO DELGADO, sociólogo